

Regulamentação colectiva de trabalho

Relatório sobre a regulamentação colectiva de trabalho publicada no 2º trimestre de 2011

Estudo elaborado com base na informação disponível até 15 de Julho de 2011

DERT-DGERT

Enquadramento económico

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no primeiro trimestre de 2011, o PIB registou uma quebra em volume de 0.6 por cento, face ao período homólogo, após um aumento de 1.0 por cento no quarto trimestre de 2010. Esta evolução reflectiu essencialmente a queda acentuada da procura interna (contributo para a variação homóloga do PIB de -3.2 p.p. após 0.1 p.p. no trimestre anterior) dado o aumento do contributo da procura externa líquida (2.9 p.p. após 0.9 p.p. no quarto trimestre de 2010). O desempenho da procura interna traduziu a queda substancial do consumo privado e público e, em menor grau, da formação bruta de capital fixo. Relativamente à procura externa líquida, registou-se um aumento das exportações (8.5 por cento no primeiro trimestre de 2011 após 7.8 por cento no trimestre anterior) e uma queda das importações (-0.8 por cento no primeiro trimestre de 2011 após 3.8 por cento no último trimestre de 2010). Relativamente ao consumo privado, no 1º trimestre de 2011, o índice de volume de negócios no comércio a retalho, divulgado pelo INE, desceu em termos reais 5.4 por cento face ao período homólogo do ano anterior (-6.2 por cento no primeiro trimestre de 2011).

Os dados quantitativos disponíveis para trimestre terminado em Março mostram que, em termos médios homólogos¹:

- na indústria transformadora, o índice de produção desacelerou para 0,2% e o índice de volume de negócios para 9,5% (0,5% e 10,1% no 1.º trimestre, respectivamente).
- o índice de produção na construção e obras públicas agravou a quebra para 8,8% (-6,9% no 1.º trimestre de 2011).
- os índices de volume de negócios nos serviços e comércio a retalho apresentaram quebras de 4,3% e 4%, respectivamente, o que no primeiro caso corresponde a um agravamento face ao trimestre anterior (-3,4% e -4,8%, respectivamente).

Em Maio de 2011, a taxa de variação homóloga do **IPC** caiu 0.3 p.p. em relação ao mês anterior, situando-se em 3.7 por cento, enquanto a taxa de variação média anual aumentou 0.2 p.p. para 2.7 por cento.

Nos meses de Abril e Maio, registou-se um agravamento dos indicadores de confiança em todos os sectores, com o comércio a registar a quebra mais significativa e a construção a atingir um novo mínimo.

[Análise dos IRCT publicados](#)

No conjunto dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho (IRCT), quer negociais quer não negociais, observa-se um decréscimo face ao trimestre homólogo de 2011, tendo sido publicados no 2º trimestre de 2011, 70 convenções colectivas, 7 acordos de adesão, 9 portarias de extensão e 1 decisão arbitral obrigatória (vide Quadro I).

¹ Informação disponibilizada pelo GPEARI, Junho de 2011, Boletim Mensal de Economia Portuguesa, elaborado com informação disponível até ao dia 23 de Junho.

Quadro I

Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho publicados nos 2º trimestres de 2008 a 2011

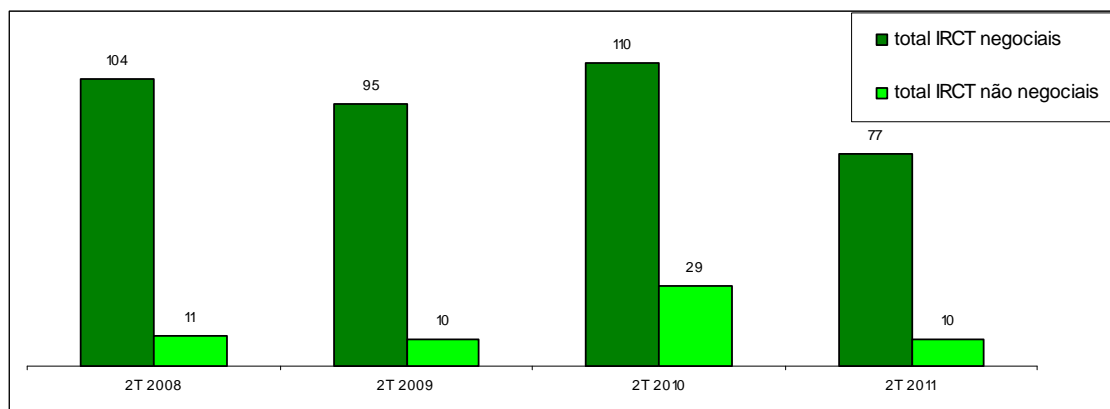
IRCT	2T 2008	2T 2009	2T 2010	2T 2011
Contratos colectivos	45	52	78	33
Acordos colectivos	12	7	10	10
Acordos de empresa	44	34	22	27
Total de convenções colectivas	101	93	110	70
Acordos de adesão	3	2	0	7
Decisões de arbitragem voluntária	0	0	0	0
Total de IRCT negociais	104	95	110	77
Decisões de arbitragem obrigatória	0	0	0	1
Portarias de extensão	11	10	28	9
Portarias de condições de trabalho	0	0	1	0
Total de IRCT	115	105	139	87

Fonte: DGERT-DERT

Em relação ao trimestre homólogo do ano anterior, publicaram-se menos 30,0% convenções colectivas negociais e menos 37,4% do total dos IRCT. Podemos verificar uma tendência de diminuição dos IRCT, comparativamente com os trimestres homólogos dos três últimos anos (vide Gráfico I).

Gráfico I

Total de IRCT publicados nos 2º trimestres de 2008 a 2011

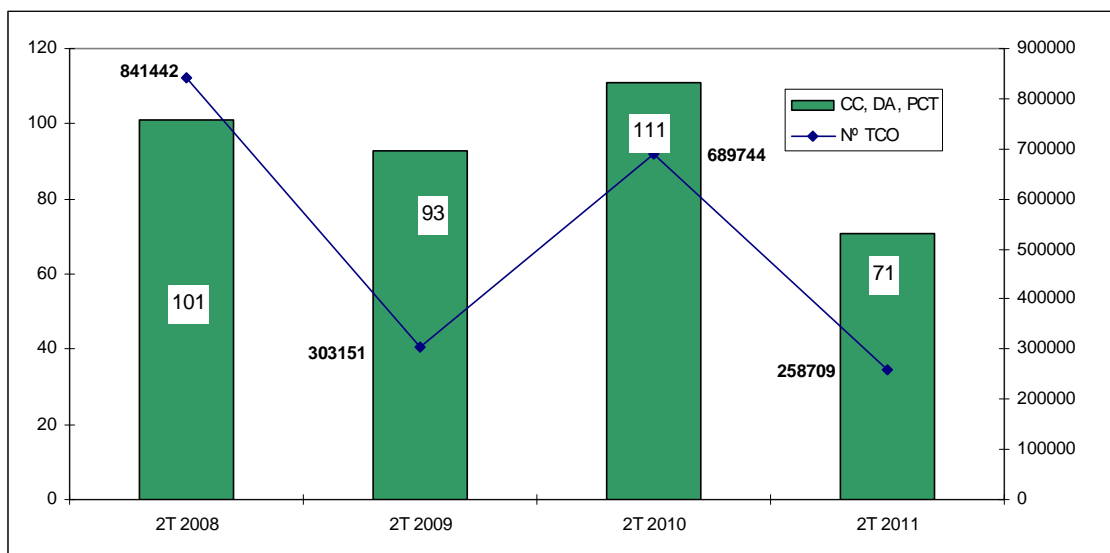


Fonte: DGERT – DERT

Neste trimestre, no que concerne a convenções colectivas, decisões arbitrais e a portarias de condições de trabalho (IRCT aos quais é referenciado o total de trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos pelos mesmos), bem como ao referido número de trabalhadores, registou-se um decréscimo nestes dois indicadores, relativamente ao trimestre homólogo. (vide Gráfico II).

Gráfico II

Total de convenções colectivas, decisões arbitrais e portarias de condições de trabalho publicadas e trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos nos 2º trimestres de 2008 a 2011



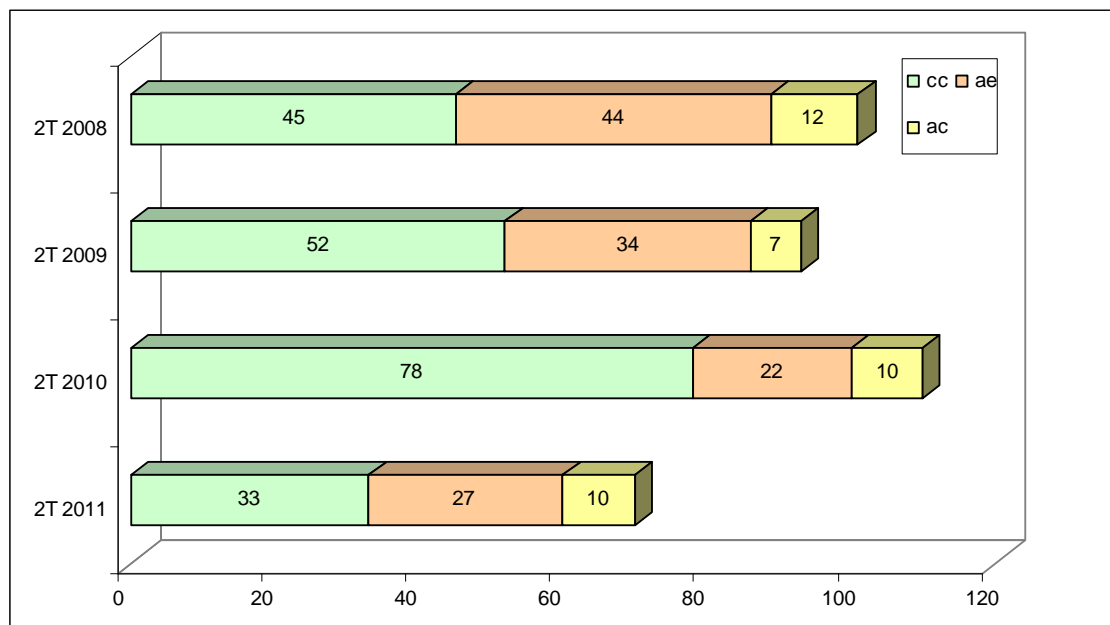
Fonte: DGERT – DERT

Tipos e subtipos de convenções colectivas

Quanto à composição por tipo de convenções colectivas, os contratos colectivos, com maior expressividade, e os acordos de empresa destacam-se relativamente aos acordos colectivos (variando entre 44,6% e 70,9% para os CC e 43,6% e 20% para os AE), no período temporal em análise. No entanto, importa referir que em 2008 e em 2011 a distribuição do tipo de IRC é muito semelhante, sendo o peso dos AE 44% e 39% respectivamente (vide Gráfico III).

Gráfico III

Tipos de convenções colectivas publicadas nos 2º trimestres de 2008 a 2011



Fonte: DGERT – DERT

O subtipo de convenções colectivas publicadas mais representativo é o referente a alterações salariais e outras (57,7%), seguindo-se o de revisão global (15,7%) (vide Quadro II).

Quadro II

Subtipos de convenções colectivas publicadas no 2º trimestre de 2011

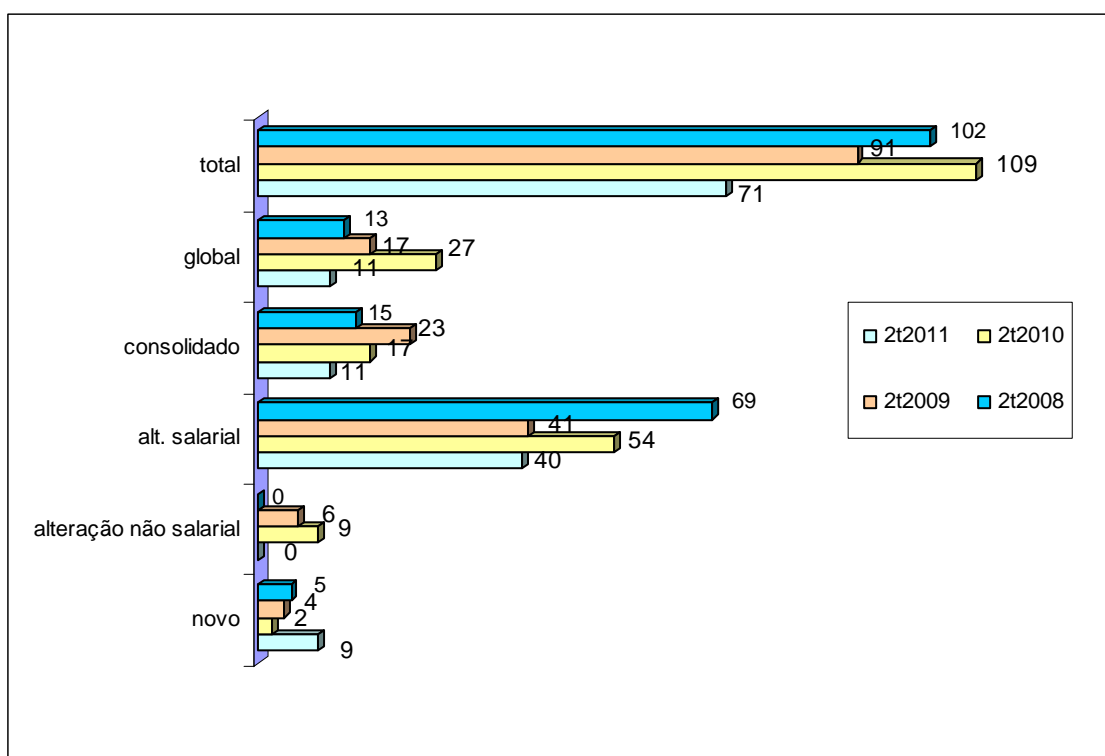
Subtipos de convenções colectivas	Nº	%
Revisão global	11	15,7
Alteração salarial e outras e texto consolidado	11	15,7
Alteração salarial e outras	39	55,7
1ª convenção	9	12,9
Total	70	100,0

Fonte: DGERT – DERT

Importa salientar ainda um aspecto relativo ao subtipo de convenção colectiva publicada pela 1ª vez (1ª convenção) que é a sua representatividade relativa (12,9%) muito superior aos outros trimestres (vide gráfico IV).

Os contratos colectivos publicados abrangeram sectores ou empresas com 235.789 trabalhadores,² que representam, no 2º trimestre de 2011, 93% do total dos trabalhadores relativos às convenções colectivas.

Gráfico IV
Subtipos de convenções colectivas publicadas
nos 2º trimestres de 2008 a 2011



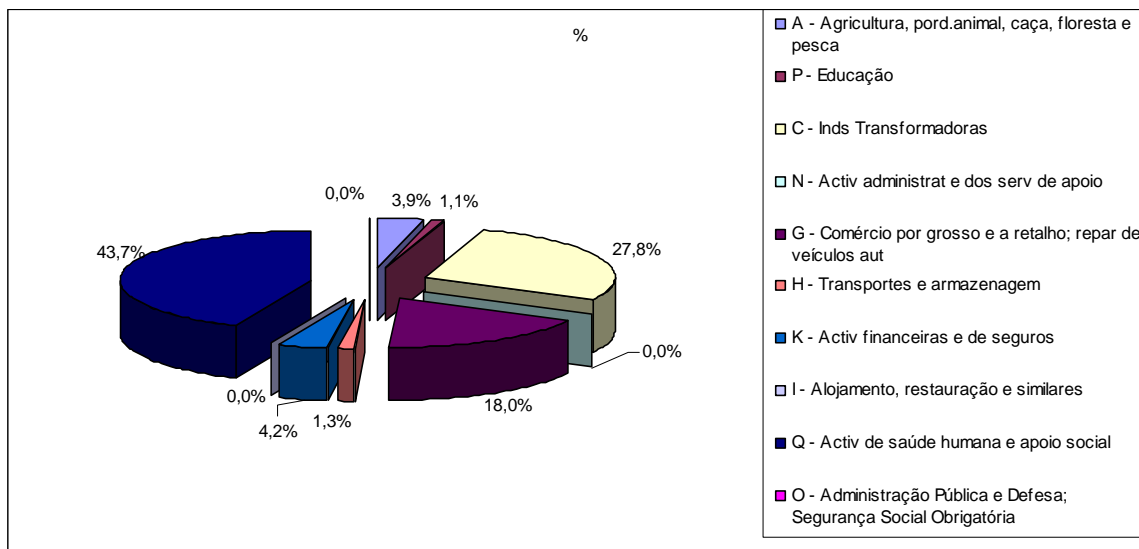
Fonte: DGERT – DERT

Durante este trimestre, foram abrangidos sectores e empresas com 258.709 trabalhadores (inclui a arbitragem obrigatória). As actividades de saúde humana e apoio social (43,7%), seguidas da indústria transformadora (27,8%) foram as actividades económicas que mais se destacaram em termos de negociação colectiva (vide gráfico V).

² O nº de trabalhadores referido é diferente do apurado para a informação relativa à variação intertabelas por incluir os TCO das primeiras convenções e das revisões não salariais.

Gráfico V

Distribuição dos trabalhadores por actividades económicas abrangidas pelas IRCT publicados no 2º trimestre de 2011



Fonte: DGERT – DERT

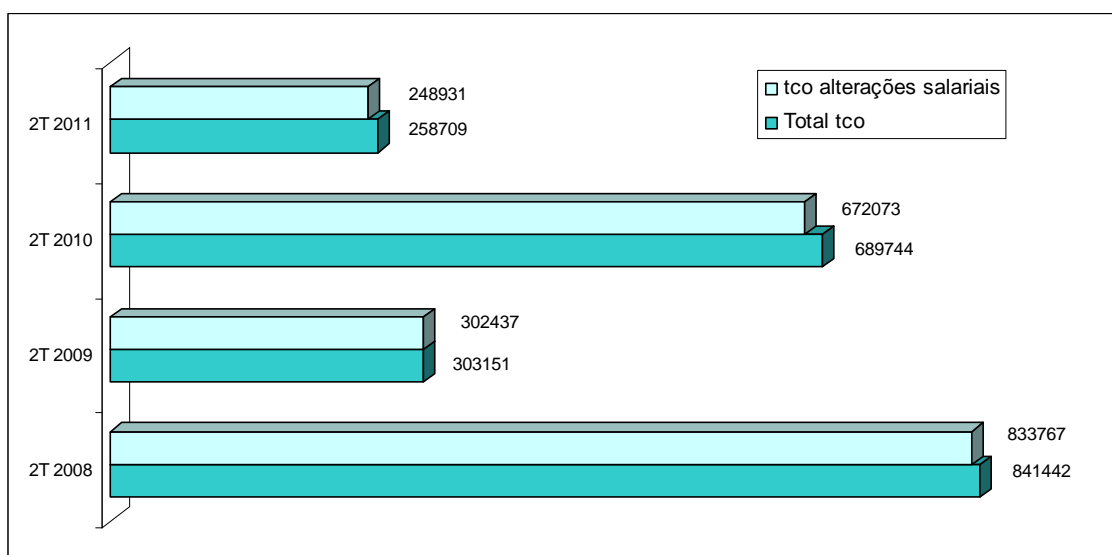
Varição salarial intertabelas

No 2º trimestre de 2011 foram publicados: 33 CC, 10 AC, 27 AE e 1 Decisão Arbitral (DA), tendo sido abrangidos por alterações salariais sectores e empresas com 248.931 trabalhadores.

Tendo como referência os trimestres homólogos anteriores, podemos verificar que em 2011 se assistiu a um decréscimo significativo quer do número de trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos por alterações salariais, quer do número de convenções colectivas publicadas (vide gráficos III e VI).

No 2º trimestre de 2011, três convenções colectivas abrangeram mais de metade dos trabalhadores 156.201 (60,4%), o CC Instituições de solidariedade (107.740), o CC Indústria material eléctrico e electrónico (31.779) e o CC Distribuição produtos alimentares, armazenagem, importação e exportação frutos e produtos hortícolas, armazéns, exportação e refinação azeite (16.682). O período médio de eficácia das tabelas anteriores foi de 13,8 meses, inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior (16 meses).

Gráfico VI
Nº de trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos
(2º trimestres de 2008 a 2011)

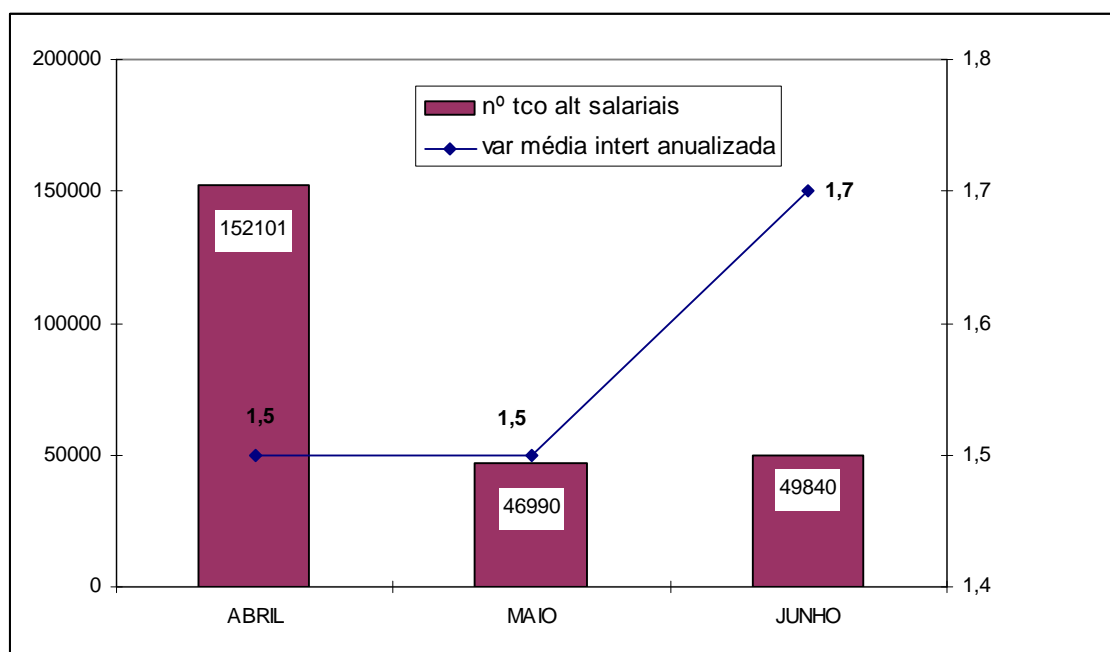


Fonte: DGERT – DERT

A variação média intertabelas anualizada para o conjunto dos IRCT situou-se em 1,5%, inferior à do trimestre homólogo de 2010 (2,9%), tendo registado uma trajectória relativamente constante ao longo do trimestre, traduzindo as variações associadas às remunerações mínimas negociadas e à RMMG (Gráfico VII).

Gráfico VII

Nº de trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos por alterações salariais e variação salarial média nominal anualizada por mês (2º trimestre 2011)

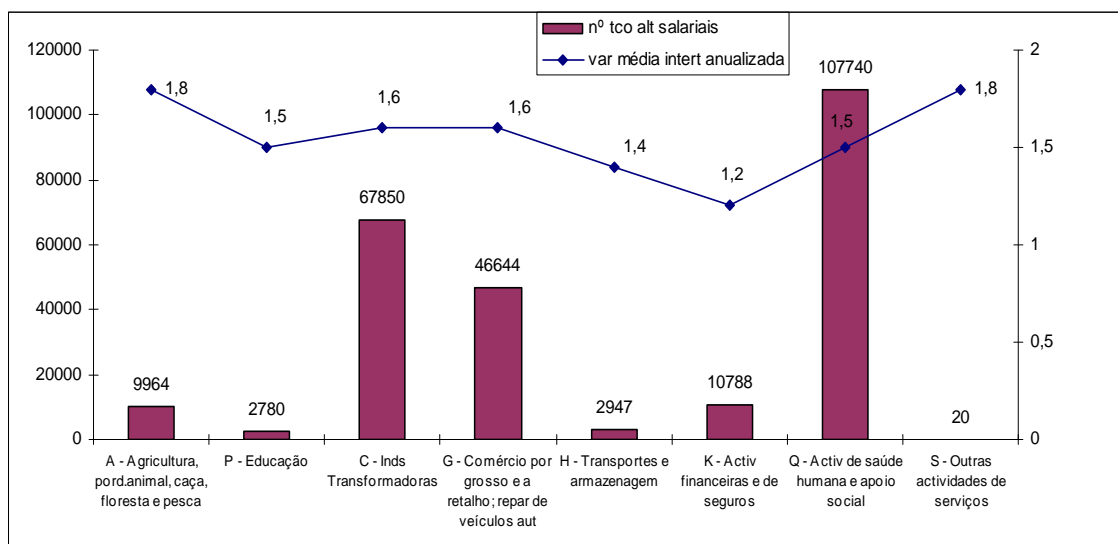


Fonte: DGERT – DERT

Os sectores de actividade que registaram maiores variações nominais foram: a agricultura, produção animal, florestas e pesca (1,8%) e as outras actividades de serviços (1,8%), apresentando aumentos superiores à média. As actividades financeiras e de seguros (1,2%) e as actividades de transportes e armazenagem (1,4%) foram as que apresentaram as menores variações para o período em análise, fixando aumentos inferiores à média (vide Gráfico IV e Quadro A I em Anexo).

Gráfico VIII

Nº de trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos por alterações salariais e variação salarial média nominal anualizada por sector de actividade (2º trimestre de 2011)



Fonte: DGERT – DERT

A variação média intertabelas para as convenções colectivas cujas tabelas anteriores tinham um ano de eficácia assumiu o valor de 1,6%, inferior ao registado no 2º trimestre de 2010 (3,4%) e idêntico ao do trimestre anterior (1,7%). Os trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos por estas convenções colectivas representam cerca de 85,6% do total do período (vide Quadro A III em Anexo).

ANEXOS

Quadro I Anexo I – Variação média ponderada intertabelas por sector de actividade no 2º trimestre de 2011

Quadro II Anexo II – Variação média ponderada intertabelas por mês (2º trimestre de 2011)

Quadro III Anexo III – Variação média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por sector de actividade no 2º trimestre de 2011

Quadro IV Anexo IV – Variação média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por mês (2º trimestre de 2011)

Quadro Anexo I

Variação média ponderada intertabelas por sector de actividade no 2º trimestre de 2011

ACTIVIDADES	Número de trabalhadores	Eficácia (meses)	Variação (%)			Variação anualizada (%)		
			Intertabelas		IPC	Intertabelas		IPC
			Nominal	Deflacionada		Nominal	Deflacionada	
			1	2	3	4	5	6
TOTAL	248931	13,8	1,8	1,2	0,5	1,5	1,1	0,5
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	9964	12	1,8	0,4	1,4	1,8	0,4	1,4
Indústrias transformadoras	68048	12	1,7	-0,2	1,8	1,6	-0,2	1,8
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	46644	18	2,3	1,2	1,1	1,6	0,6	1,0
Transportes e armazenagem	2947	14	1,9	0,0	1,9	1,4	-0,1	1,5
Actividades financeiras e de seguros	10788	24	2,5	0,8	1,7	1,2	0,4	0,8
Educação	2780	12	1,5	0,1	1,4	1,5	0,1	1,4
Actividades de saúde humana e apoio social	107740	12	1,5	2,3	-0,8	1,5	2,3	-0,8
Outras actividades de serviços	20	12	1,8	0,4	1,4	1,8	0,4	1,4

Fonte: DGERT – DERT.

Quadro Anexo II
Varição média ponderada intertabelas por mês (2º trimestre de 2011)

ACTIVIDADES	Número de trabalhadores	Eficácia (meses)	Variação (%)			Variação anualizada (%)		
			Intertabelas		IPC	Intertabelas		IPC
			Nominal	Deflacionada		Nominal	Deflacionada	
			1	2	3	4	5	6
ABRIL	152101	13,5	1,7	1,9	-0,2	1,5	1,7	-0,2
MAIO	46990	16,4	2,0	0,8	1,1	1,5	0,5	1,0
JUNHO	49840	12,1	1,7	-0,4	2,1	1,7	-0,4	2,1

Fonte: DGERT- DERT.

Quadro Anexo III
Varição média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por sector de actividade no 2º trimestre de 2011

ACTIVIDADES	Número de trabalhadores	Variação (%)		
		Intertabelas		IPC
		Nominal	Deflacionada	
		1	2	3
TOTAL	213329	1,6	1,1	0,4
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	9964	1,8	0,4	1,4
Indústrias transformadoras	67090	1,6	-0,2	1,8
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	22785	1,8	0,2	1,6
Transportes e armazenagem	2860	1,4	-0,1	1,5
Educação	2780	1,5	0,1	1,4
Actividades de saúde humana e apoio social	107740	1,5	2,3	-0,8
Outras actividades de serviços	20	1,8	0,4	1,4

Fonte: DGERT- DERT.

Quadro Anexo IV

Varição média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por mês (2º trimestre de 2011)

ACTIVIDADES	Número de trabalhadores	Variação (%)		
		Intertabelas		IPC
	Nominal	Deflacionada		
1	2	3	4	
ABRIL	133595	1,5	1,9	-0,4
MAIO	30108	1,6	0,2	1,4
JUNHO	49536	1,7	-0,4	2,1

Fonte: DGERT – DERT.